



Reafirmar o
compromisso!

GOVERNO RECEBE FASUBRA DEPOIS DE 110 DIAS DE GREVE NACIONAL

Negociação salarial só a partir de março de 2012, diz Secretário do Ministério do Planejamento

Sindicalistas solicitaram um protocolo de intenções e uma agenda para a retomada da negociação. A Fasubra também se reuniu com o MEC e pautou reivindicações específicas para a carreira dos técnico-administrativos em educação.

Leia na pág. 4

Comando de Mobilização em defesa do HU se reúne com reitor da UFJF e diretor do hospital

O objetivo era ouvir a opinião que os dirigentes pretendem levar para o Conselho Superior sobre o possível convênio com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH. Ambos disseram que votarão conforme a deliberação da comunidade.

Leia na pág. 3



Reunião entre sindicalistas, reitor e diretor do HU no gabinete (reitoria)

Representantes que estiveram no Comando Nacional de Greve avaliam futuro do movimento

Trabalhadores da base do Sintufefuf contam os problemas e desafios da categoria, que entrará no ano de 2012 sem acordo salarial.

Leia na pág. 5

PREVIDÊNCIA Aposentadoria Complementar no Congresso Nacional

Governo quer urgência na aprovação de um regime sem integralidade e uma fundação de direito privado para administrar o fundo.

Leia na pág. 6

Movimento social se mobiliza pela regulamentação da Emenda 29

Em Juiz de Fora, entidades da área de saúde defendem o aprimoramento do projeto, com fonte de recursos e mudança da gestão no município.

Leia na pág. 8

EDITORIAL

PALAVRA DO SERVIDOR

Retomar a luta unificada dos servidores

Muitas causas unificam os servidores públicos federais. Estas, muito mais que as específicas, devem receber grande parte da nossa disposição de luta. Mais valiosa do que o “aqui” e “agora” é a realidade que podemos deixar para as futuras gerações de trabalhadores dos setores públicos do nosso país.

Sáimos de uma greve sem vitórias, enquanto algumas categorias conquistaram acordos com o governo. Independente do que cada um obteve, não podemos deixar apagadas aquelas grandes causas que nos unificaram no início desse ano, inclusive quando formamos um fórum de entidades representativas de servidores públicos. Almejamos serviços públicos de qualidade, com valorização do trabalhador e contra a precarização.

Infelizmente, com o passar dos dias, vimos projetos de lei prejudiciais avançarem. Fica nítido que o governo está optando pelo congelamento dos salários, suspensão de concursos públicos e pela terceirização. Matérias jornalísticas desta edição apresentam a urgência que ganharam estes temas na pauta nacional, como a terceirização dos HUs, instituição da previdência complementar para o servidor e a crise na saúde pública que carece financiamento justo.

Estamos passando por uma enxurrada de propostas que retiram nossos direitos, estes pelos quais batalhamos há anos. Retiram ainda nossos empregos, com a escancarada terceirização em nosso país. Para comemorarmos os próximos “dias do funcionalismo público” com mais alegria e otimismo, não podemos ficar parados diante de tantas lutas que nos esperam. Lutas unificadas.

Qual a opinião dos trabalhadores em relação ao último movimento grevista? Trouxe ganhos para a categoria?



“A categoria saiu perdida. Minha avaliação é de que foi uma greve mal pensada e uma greve política, porque a Fasubra se dividiu. No começo, estava com um movimento forte. Depois que teve a saída da greve e voltamos de novo para o movimento, a Fasubra ficou dividida. O Comando de Greve não teve a sustentação em Brasília. Então, perdemos nossa identidade de greve. E veio a liminar. Não tivemos como pressioná-los, jogaram 50% funcionando e, para mim, não teve greve. Trabalhamos normal”. *Carlos Castilho de Mattos - RU*

“O movimento começou antes da hora. Por ter sido um dia antes da negociação, atrapalhou muito o andamento das negociações na greve. Até o momento, não estou percebendo algum ganho. Até onde sei, não teve negociação. Para nós, não teve evolução e na rotina administrativa isso é uma perda. O trabalho não para. Principalmente para mim, que estava na Pró-Reitoria de Recursos Humanos. Se você atrasa uma atividade, pode atrasar o pagamento, as férias dos servidores”.

Daniela Lisieux de Oliveira - Pró-Reitoria de Pós-Graduação



“Eu acho que a categoria saiu fortalecida. Porque foi uma maneira, apesar de não termos obtido o que estávamos esperando, de mostrar para a comunidade universitária a força que o funcionário tem. E mostrar mais uma vez que estamos fortalecidos e dispostos a parar a qualquer momento que for convocado. No meu entender, a greve foi um pouquinho precipitada. Poderíamos ter estudado mais, aguardado um pouco a negociação que o governo estava disposto a fazer. Eu acho que a Fasubra deixou muito a desejar com o funcionário. Houve as passeatas em Brasília, mas não fomos bem recebidos. Faltou apoio para a gente lá”. *Hitamar de Souza Ramos - Vigilância*

“O respaldo legal do que foi a greve ainda não temos. Na enfermagem, nós tivemos de 30 a 50% de pacientes, mas o serviço manteve. A categoria se uniu mais, o ganho foi esse. Acho que foi uma data muito complicada a de início da greve, no meio do semestre. Daria pra esperar mais um pouquinho, talvez teríamos respaldo mais positivo. Todos participaram, ativamente. E os professores colaboraram, os médicos, até os pacientes. Conversando com eles, eles entenderam. O hospital estava bem cheio no início”. *Margarida Teodoro de Oliveira - HU*



“A categoria saiu enfraquecida, desunida. Sem os ganhos pelos quais estão lutando. Principalmente os ganhos salariais. E o que mais me incomoda é a questão da fundação que está sendo implantada no HU. A greve era para isso também e infelizmente as coisas não se resolveram. Não acho que houve ganho algum, mas também não acho que a greve deveria continuar do jeito que estava. A greve acabou se tornando um problema, inclusive para nós, tendo em vista que não havia mesa de negociação, não havia resposta da sociedade mediante a forma como a greve ocorreu”. *Revelino Leonardo Pires de Mattos - CDARA*

Expediente

Sintufejuf

Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora

Av. Getúlio Vargas 763 A - Centro

Tel.: (32) 3215-7979 / Fax: (32) 3215-3876

www.sintufejuf.org.br

comunicacao@sintufejuf.org.br

Coordenação Geral:

Paulo Dimas de Castro

Lucas da Silva Simeão

Coordenação de Comunicação:

Rosângela Marcia Frizzero

Luiz Roberto Pereira

Jornalista Responsável:

Monique Campos

11.260 - DRT/MG

Conselho Editorial:

José Henrique Lopes

José Fânias Lima

José Pedro de Paula

Lucas da Silva Simeão

Luiz Roberto Pereira

Paulo Dimas de Castro

Rogério da Silva

Rosângela Marcia Frizzero

Silvestre dos Santos

Diagramação:

Sintufejuf

Colaboração:

Marília Dutra e Mauro Assis

Fotos:

Sintufejuf

Projeto gráfico:

Kojio Comunicação

Os artigos assinados são de total responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Diretoria do Sintufejuf.

CRIAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH

Reitor da UFJF e Diretor do HU afirmam que levarão para o Consu a opinião da comunidade sobre o futuro do hospital

Em reunião com o Comando de Mobilização, Reitor afirma que prefere hospital enxuto, mas com qualidade e humanização

Os técnico-administrativos em educação da UFJF reforçaram a campanha contra a instalação da empresa estatal de direito privado nos hospitais de ensino. Para começar, eles instituíram, em assembleia, o Comando de Mobilização em Defesa do HU, grupo formado pelos diretores do Sintufejuj, trabalhadores do hospital e de outras unidades da UFJF. O objetivo é organizar as ações de resistência em nível local contra o avanço do PLC 79/2011 (antes PL 1479/2011) que autoriza a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH para administrar os hospitais universitários e apoiar atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O grupo divulgou, através de cartazes, a lista dos deputados mineiros que votaram a favor da EBSEH no plenário da Câmara em 20 de setembro, aprovando o substitutivo do deputado Danilo Forte (PMDB-CE). Outra iniciativa foi colocar faixas nas duas unidades do HU/UFJF com dizeres sobre a luta da categoria contra a privatização dos hospitais de ensino.

Em assembleia, os trabalhadores cobraram um posicionamento do reitor da

UFJF, Henrique Duque, e do diretor geral do HU, Dimas Augusto Araújo, sobre o PL de criação da EBSEH. Eles solicitaram que os dirigentes tornassem públicas as opiniões que levariam ao Conselho Superior para o momento em que este pautasse sobre o convênio com a empresa de direito privado para administrar o HU. O Comando de Mobilização solicitou uma reunião, que aconteceu em 14 de outubro no gabinete do reitor.

“No cargo em que estou no momento, minha função é levar o desejo da comunidade”, afirmou o diretor do HU, que se comprometeu em votar conforme a opinião da assembleia de trabalhadores. Duque seguiu a mesma linha de pensamento. “Vocês vão ter sempre em mim um condutor da opinião da minha comunidade. Se minha comunidade diz que é não, é não”, declarou o dirigente, considerando ainda que esta é a posição que leva para a



Sindicalistas apresentam suas preocupações acerca da empresa de direito privado

Andifes (associação de reitores).

O reitor da UFJF disse preferir uma gestão sem a empresa de direito privado, mantendo a referência que o HU conquistou junto à sociedade. “Vamos ter dificuldade de contratar pessoas ao continuarmos pequenos, segundo eles acham. Mas não tem problema. Nós continuamos pequenos, mas um hospital enxuto, um hospital que tem qualidade e atendimento humanizado. Eu prefiro ser pequeno”.

A experiência de Porto Alegre-RS, o modelo do governo federal

A assessoria de Comunicação do Sintufejuj procurou a diretoria da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Porto Alegre-RS (ASSUFRGS) para obter informações sobre o Hospital das Clínicas da capital gaúcha (HCPA). Isso porque o governo federal o considerou modelo a seguir em todo o território nacional quando desenvolveu o projeto de lei para a criação da EBSEH.

O coordenador geral da ASSUFRGS, José Luís Rockenbach, declarou que o HCPA já foi criado como empresa de economia mista. A instituição recebe recursos públicos, porém tem dois andares só para a iniciativa privada. “Queríamos o HU 100% SUS, com quadro funcional pelo Regime Jurídico Único. Mas atualmente não tem perspectiva de mudança”, considera.

O dirigente também conta que o

HCPA recebe mais verba do que a grande maioria dos hospitais universitários, inclusive a participação do Ministério da Saúde em investimentos é maior. Por esse motivo, segundo Rockenbach, quando a entidade representativa pautou a questão da terceirização dos HUs no conselho universitário na UFRS, os conselheiros afirmaram que o HCPA é referência no país e defenderam a permanência do modelo. “Nós discutimos a questão do ensino e assistência, mas acaba se tornando um debate marginal”, aponta.

A escolha do presidente do hospital é uma indicação do reitor e tem que ser apresentada por lista triplíce. Além disso, a inserção da ASSUFRGS no Hospital das Clínicas é mínima. “Se há dez trabalhadores vinculados à universidade é muito”, considerou o dirigente. Como o regime é de emprego público, os trabalhadores estão ligados ao Sindsaúde.

Sindicalistas fazem solicitações

O Comando de Mobilização pediu que o reitor divulgasse sua manifestação na página da UFJF na Internet. O texto publicado dizia que “eles (reitor, diretor e Comando de Mobilização) ratificaram a posição contrária à implantação da EBSEH, através do projeto de lei 1749/2011. O reitor ressaltou a necessidade de uma discussão aprofundada sobre os diversos aspectos que envolvem este processo”.

Outra solicitação dos servidores foi de um seminário que pudesse reunir os três segmentos da UFJF e entidades representativas da área de saúde com a finalidade de debater a conjuntura dos HUs e o PLC 79/11. Ficou determinado que a UFJF seria responsável pela organização do evento e teria o apoio do Sintufejuj na escolha de convidados. O evento ainda não foi agendado (até o fechamento da edição).

PRIMEIRA REUNIÃO ENTRE GOVERNO E FASUBRA APÓS A GREVE NACIONAL

Negociação salarial somente após março de 2012

Com a fala do Secretário do Planejamento, dirigentes cobram protocolo de intenções e diálogo com a federação

Após os 110 dias da greve nacional dos técnico-administrativos em educação, o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, recebeu os dirigentes da Fasubra no dia 18 de outubro. Ele foi categórico ao dizer que o prazo para envio de verba a fim de conceder reajuste se esgotou em 31 de agosto, por isso está descartada a revisão dos salários da categoria para 2012. Sobre o retorno das negociações com a Fasubra, Duvanier afirmou que acontecerá somente a partir de março de 2012, quando o governo divulgará os recursos disponíveis e os impactos econômicos.

Ainda durante a reunião, os sindicalistas mencionaram que a ausência de um acordo para a melhoria da tabela salarial dos técnico-administrativos neste ano agrava um problema que já é marcante nas instituições federais de ensino: a rotatividade de servidores. O piso de R\$ 1.034 não é atrativo; atualmente é o menor em comparação com as outras carreiras do Executivo. O fato compromete, inclusive, as metas de expansão e reestruturação das universidades. Os integrantes da federação deixaram claro que irão se esforçar em criar soluções para superar as dificuldades e cobrar

propostas por parte do governo. Ficou firmado entre ambas as partes que será assinado um protocolo de intenções e formalizada uma agenda para a retomada da negociação com a Fasubra.

Devido ao cumprimento das medidas impostas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante a greve, os dirigentes solicitaram a retirada da ação contra a Fasubra e sindicatos da sua base. A resposta recebida do Secretário foi de que deve haver um plano de reposição dos dias parados. Só assim ele vai enviar uma orientação à Advocacia Geral da União (AGU) para a retirada da ação.

No mesmo dia, a Fasubra se reuniu com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e o Secretário de Educação Superior, Luiz Cláudio Costa. Depois de fazerem um balanço sobre a greve, os sindicalistas solicitaram a continuidade das discussões sobre a carreira. Eles pediram a concessão de bolsas de mestrado e doutorado para os técnico-administrativos em educação, através da CAPES; a construção de um Programa Nacional de Capacitação para a categoria e o retorno das atividades da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira. A federação levou também as reivindicações para a Comissão de Recursos Humanos da Andifes. Com os

reitores, ficou firmado que os elementos defendidos pelos técnico-administrativos serão disponibilizados em um projeto.

Saída da greve com continuidade da luta

A saída da greve unificada, com a retomada das atividades em 26 de setembro, foi uma orientação do Comando Nacional de Greve (CNG). Após solicitar um levantamento nas assembleias, o Comando obteve o resultado de que a maioria não pretendia dar continuidade ao movimento. Trabalhadores de 37 instituições paralisadas decidiram seguir a orientação contra oito que votaram pela permanência. Com isso, a greve nacional teve fim, mas com um plano de lutas elaborado pelo CNG para o período que vai até fevereiro de 2012.

Entre as medidas do plano de lutas está uma denúncia, que deverá ser encaminhada à Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o tratamento do governo Dilma com os trabalhadores em educação, já que se negou a negociar em situação de greve. Outro ponto é a construção de um calendário com paralisações nas instituições de ensino, caso a negociação não seja priorizada.

GREVES NA JUSTIÇA

Mobilizações de categorias da educação em Minas também sofrem intervenção

Além dos técnico-administrativos em educação das universidades federais, que tiveram cerceado o direito de greve ao ter sido reinvidicado pelo governo o funcionamento de 50% das unidades, duas outras categorias sofreram intervenção de liminares judiciais em seus movimentos: a dos professores municipais e a dos estaduais.

A administração municipal entrou com ação civil pública contra o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora (Sinpro) sob os argumentos de que já havia negociado com a categoria para até o dia 30 de abril de 2012, de que o piso nacional já é pago e de que os trabalhadores decidiram pela mobilização sem negociação prévia. Em 1º de setembro, a decisão da justiça foi

favorável à prefeitura e determinou suspensão imediata da greve, estabelecendo uma multa de R\$ 50 mil por cada dia de descumprimento.

Mesmo com a liminar, a categoria se manteve no movimento até o dia 14 de setembro. Além dessa intervenção por parte da prefeitura, houve ainda exoneração e ameaça de corte de ponto. Segundo o diretor jurídico do Sinpro e presidente da CUT Regional, Péricles de Lima, os trabalhadores estão recorrendo à justiça, pois a multa foi por decisão liminar sem o conhecimento do sindicato. Os servidores estão também com outras ações jurídicas que envolvem a lei federal do piso, uma das reivindicações.

No caso dos professores estaduais, a greve continuou por mais 13 dias após a

liminar, divulgada no dia 16 de setembro. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais declarou a greve abusiva, acatando o pedido do Ministério Público do estado. A decisão previu o retorno das aulas no dia 19 de setembro, sob pena de multa, o que não aconteceu. Outra pressão do governo foi a abertura de sindicância contra 248 professores contratados que entraram em greve.

Os professores recorreram da decisão, porém o Superior Tribunal Federal negou o pedido, contrário à interrupção imediata da greve. Para conter o impacto da greve, o governo fez contratações temporárias para substituir os grevistas e transmitiu aulas pela televisão, por meio do canal Rede Minas.

COMANDO NACIONAL DE GREVE EM BRASÍLIA

Delegados relatam prejuízos trazidos pela desunião

Trabalhadores da base do Sintufejuf contam as dificuldades da mobilização dentro da Fasubra Sindical

Os delegados que fizeram parte do Comando Nacional de Greve (CNG) avaliam como foi a mobilização em Brasília nos 110 dias de paralisação nacional. Para os que participaram pela primeira vez do grupo, foi um grande aprendizado e a oportunidade de formação política. Estar na linha de frente da luta e batalhar em defesa de toda uma categoria pode ser considerada uma experiência marcante, segundo contam. Mas tanto eles quanto os trabalhadores que tinham participado do CNG em greves anteriores consideraram que houve uma divisão do grupo a ponto de prejudicar as negociações entre os próprios membros do Comando Nacional.

Para Luiz Roberto Pereira e Silvestre dos Santos, que estiveram na Plenária de deflagração da greve, o momento já anunciava que a mobilização não seria coesa. Eles criticaram o fato da categoria iniciar a mobilização, sendo que havia uma diferença de apenas dois votos entre os trabalhadores na plenária. O Coordenador da Fasubra, Emanuel Braz, acrescenta que isso era sinal de que não havia uma mobilização nas bases.

Jovelino de Assis destaca que, no momento em que saiu a proposta de suspender a greve (meados de julho), o Comando passou por grandes embates e permanecia a pequena diferença de votos entre os servidores. Thales Almeida defende que o documento assinado pelos dois



“Por conta dos conflitos políticos e partidários, não conseguimos ir para cima do governo como deveríamos e o prejuízo financeiro está aí”

Emanuel

Ministérios tinha um significado jurídico e político, portanto, deveria ter sido aproveitado. Para ele, a mobilização deste ano deixa a lição de que devem ser esgotados todos os meios de negociação e tudo deve estar documentado.

Para Emanuel Braz, os interesses político-partidários se sobressairam e “o trabalhador foi o primeiro a ser esquecido”. José Henrique Lopes e Nilza Lino resumiram o período em Brasília com a palavra “frustração”. Para eles, a direção da Fasubra ao invés de pensar na categoria para discutir política, pensou na política e deixou a categoria em segundo lugar.

Os delegados perceberam que, com o embate interno, o Comando Nacional ficou



“Não estão fazendo o congresso político, só o eleitoral. Com isso, os grupos dividem a Fasubra e prejudicam os trabalhadores”

Rosângela



“Nas greves passadas tinha divisão de ideias, mas na hora de brigar pela categoria não. Nessa, vi separação todo momento”

Silvestre

sem direcionar as bases na construção e fortalecimento da greve, conforme resume Rogério da Silva. Ele destaca que, não só em relação às perdas financeiras, a greve afetou a imagem da Fasubra negativamente e dirigentes que deveriam estar lado a lado, como sempre foi, se distanciaram.

Paulo Dimas de Castro considera que era necessário mostrar as insatisfações, principalmente para que o governo Dilma não reproduza os oito anos sem reajuste do governo FHC. Mas ele critica o fato de que a greve alcançou a mobilização nas bases e não em Brasília. Rosângela Frizzero defende que a Fasubra deverá repensar a forma de organizar a greve, de colocar as bases nas ruas.



“Nas reuniões não se decidia nada, não saía proposta e não se colocava nada em prática. Perdemos em todos os aspectos”

Luiz Roberto



“Essa divisão acabou enfraquecendo o movimento. Estamos lutando entre nós mesmos. Assim, enfraquecemos nossas bases”

Jovelino



“Deve ser dada a atenção ao lado jurídico da greve, pois existe o meio legal para coibir a tentativa de judicialização”

Thales



“Nesses 36 anos que tenho de universidade, pela primeira vez saímos de uma greve numa derrota muito feia”

Nilza



“O que vai acontecer com o nome da Fasubra? Precisamos encontrar um meio de levá-lo de novo”

José Henrique



“As nossas direções não souberam recuar no momento certo. Nem sempre o recuo quer dizer derrota para o movimento”

Rogério



“Por mais que teve intransigência nossa, faltou negociação do governo. Nessa queda de braço, ele acabou nos derrotando”

Paulo Dimas

NOSSO DIREITO

Governo quer urgência na aprovação do Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos

Além de acabar com a integralidade, PL 1992/07 cria uma fundação de direito privado para administrar os planos de benefícios

O projeto de lei 1992/07, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, passou a tramitar em regime de urgência constitucional no Congresso. Isso significa que a matéria deverá ser apreciada em 45 dias, assim como está previsto para o projeto de criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. O PL 1992/07 já foi aprovado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, com substitutivo do relator, o deputado Silvio Costa (PTB/PE).

A proposta do Executivo é criar o regime de previdência complementar juntamente com uma fundação estatal de personalidade jurídica de direito privado para administrar os planos de benefícios, com o nome de FUNPRESP. A União fará um aporte inicial de R\$ 50 milhões no ato de criação do fundo, para as contribuições futuras.

A partir da implementação da lei, o

governo pretende limitar o valor dos proventos de aposentadoria e das pensões, pagos pelo Regime de Previdência Próprio (dos servidores públicos estatutários), ao limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (dos trabalhadores do setor privado e funcionários públicos celetistas), que atualmente é de R\$ 2.691,74. Portanto, a União ficará desobrigada a pagar benefícios superiores ao teto do INSS. E o servidor, nesse caso, terá que contribuir de forma a acumular recursos para a renda mensal de sua aposentadoria. Só assim ele poderá receber benefícios superiores ao teto do Regime Geral.

Os cálculos dos benefícios se baseiam no período de 35 anos de contribuição. A alíquota do participante dos planos de benefícios pela FUNPRESP (o quanto o servidor deverá depositar) será de até 7,5% sobre o salário da contribuição. A alíquota por parte do governo será idêntica à do servidor, mas se este quiser exceder os 7,5%, o governo não acompanhará. Além da

alíquota, os servidores continuarão sofrendo o desconto de 11% de sua remuneração integral, para o financiamento do Regime Próprio.

De acordo com o PL, a regra valerá para todos que ingressarem no serviço público após a criação do fundo. Quem não optar pela adesão à previdência complementar receberá seus proventos no Regime Próprio, porém limitados ao teto do INSS. O projeto coloca como participantes inclusive membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas da União.

Os trabalhadores que estiverem no quadro efetivo no momento da instituição do novo regime poderão optar em aderir ou não. Se a opção for por não aderir, ficam valendo as regras de aposentadoria no Regime Próprio vigentes para cada caso. Se o servidor optar pela adesão à previdência complementar, ele renuncia aos direitos das regras previdenciárias anteriores. Com isso, ele terá direito a um benefício especial, que será calculado com base nas contribuições ao Regime Próprio (30 anos para mulheres e 35 anos para homens).

Analista político critica modelo escolhido

Na avaliação do analista político e diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Antônio Augusto de Queiroz, o PL põe fim à aposentadoria integral do servidor, entre uma série de outras implicações. “O ideal não é o fundo, não é mudar o sistema. O modelo atual é mais vantajoso para o servidor”, explica.

O modelo escolhido pelo governo para a concessão dos benefícios no plano de previdência complementar é o de contribuição definida. Neste formato, como o próprio nome diz, a contribuição é definida, mas o benefício não, já que é calculado considerando a reserva constituída até o momento da concessão.

O analista político considera a contribuição definida o pior modelo entre os planos de benefícios. Em um dos seus artigos publicados no endereço eletrônico do DIAP, ele analisa que o risco é todo do participante e a complementação da aposentadoria depende do resultado das aplicações financeiras. O mais grave, segundo ele, é a manipulação de informações por parte do Ministério da Previdência, que faz o cálculo com 7,5% do governo e 11% do servidor público (sem paridade). Com ambas as partes aplicando 7,5%, quem contribuir por 35 anos terá direito a uma complementação de 80% da última remuneração, pelo prazo máximo de onze anos.

PL 1992/07 ponto a ponto

Novo regime de previdência: o valor dos proventos de aposentadoria e das pensões fica limitado ao teto do INSS. Para benefícios superiores, o servidor deverá complementar.

Alíquota de contribuição: 7,5%. Pode haver contribuição a mais (apenas do participante) ou a menos (ambas as partes). Plano de benefícios: contribuição definida (o benefício não é definido).

Quem pode fazer parte: servidores que ingressarem após a instituição do fundo (para eles fica valendo o teto do INSS) e servidores que já tenham ingressado (com renúncia dos direitos previdenciários), com pagamento de um benefício especial.

ERRATA

Na edição anterior (nº 172), página 3, na foto da matéria “Trabalhadores ocupam plenário e impedem votações na Comissão Especial da Câmara dos Deputados”, a deputada que estava no meio dos trabalhadores é Alice Portugal e não Fátima Bezerra, como saiu na legenda.

SEDE CAMPESTRE

Sintufejuf dá início à construção do novo campo de futebol

Terreno que fica atrás do campo de futebol society foi preparado para o plantio da grama

A sede campestre do Sintufejuf terá um novo campo de futebol, com medida de 90x60m, que será construído atrás do campo de futebol society. A obra na sede inclui ainda a construção da arquibancada e dos vestiários.

De acordo com o Coordenador de Administração e Finanças do sindicato, José Pedro de Paula, o terreno já foi preparado, com capina, limpeza e

serviço de terraplanagem, com a iniciativa do coordenador Cléves dos Santos. Os próximos passos da construção serão a complementação de aterro e elevação do terreno para plantação da grama. “A ideia surgiu nos campeonatos society do sindicato, com os



O novo campo será construído atrás do campo de futebol society

pedidos de associados para termos também o futebol de campo”, explica José Pedro.

Também passam por reformas os banheiros da sede campestre (ao lado do bar), inclusive com a construção dos adaptados para deficientes físicos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

JULHO/2011

RECEITAS

Mensalidades	155.608,43
Comissões de seguros	1.546,39
Renda de aplicação financeira	1.115,57
Taxa administrativa	5.812,95
Outras receitas	840,23
Total	164.923,57

DESPESAS

Folha e encargos	49.065,24
Disp. administrativas	12.673,87
Disp. operacionais	7.461,46
Disp. relações sindicais	19.597,79
Disp. formação e política sindical	5.655,04
Sede Campestre	3.167,17
Taxas e serviços bancários	3.992,25
Serviços de terceiros	16.289,58
Total	117.902,40
Investimentos	
Camera Canon	1.499,00
No Break	460,00
Computador Proc Intel	2.174,00
Total	4.133,00

CLASSIFICADOS

Vende-se

- Secadora de roupas Brastemp, 3 meses de garantia, em perfeito estado de funcionamento, R\$ 800,00;
- Serra tico-tico Singer, R\$ 100,00;
- Serra circular Makita - R\$ 350,00;
- Serra circular Bosh - R\$350,00;
- Pistola de cola Tramontina - R\$50,00;
- Plaina elétrica Bosh - R\$ 450,00.

Os interessados podem entrar em contato com a colega Suse pelos telefones: 8831-1182 e 3235-2314.

- Dois sofás (um de dois lugares e outro de três lugares), de curvim, cor mostarda, com almofadões (super confortável e fácil de limpar), no valor de R\$ 500 e uma mesa de granito para 4 lugares, de R\$ 200. Interessados favor entrar em contato com a colega Maria dos Remédios pelo telefone: 8845-3013.



MURAL

8º Encontro 20 de Novembro

O Sintufejuf realiza no dia 17 de novembro, na Casa de Cultura da UFJF, um ciclo de palestras na oitava edição do “Encontro 20 de Novembro”, em comemoração ao Dia da Consciência Negra. As inscrições ficam abertas até a véspera, dia 16. Os interessados podem comparecer à sede administrativa do sindicato, se inscrever por meio do telefone do Sintufejuf (3215-7979) ou email: comunicação@sintufejuf.org.br. As vagas são limitadas e as inscrições gratuitas.

A programação deste ano é direcionada para as áreas de educação e saúde da população negra, com discussões que acontecerão na manhã e tarde. O professor adjunto da Faculdade de Educação da UFJF, Julvan Moreira, vai palestrar sobre “O imaginário e o ideário afro na educação brasileira”, de forma a aproximar do público os pensamentos de filósofos africanos contemporâneos e pensadores afrobrasileiros, que ficam esquecidos pelas instituições educadoras no Brasil. Seguindo a mesma linha, a professora Giovana Carvalho vai palestrar sobre “Educação e afrodescendência”.

Para falar sobre os cuidados com as crianças portadoras de anemia falciforme, o técnico-administrativo em educação do setor de pediatria do HU/Santa Catarina, José do Carmo Reis, também vai palestrar no “Encontro 20 de Novembro” deste ano.

O Sintufejuf participará da programação em comemoração ao Dia da Consciência Negra organizada pelas diversas militâncias em Juiz de Fora e convida a todos para estarem com o sindicato nas atividades.

NOVOS CONVÊNIOS

Clínica Oftalmológica da Família
Rua Halfeld, 525/1106 - Centro
Tel.: 3217-1359

Ótica Vera
Rua Halfeld, 525/1104 - Centro
Tel.: 3212-5228

Frigorífico Boi Gordo
Rua Marechal Deodoro, 275 - Centro
Tel.: 3217-1359

EMENDA CONSTITUCIONAL 29

Em debate, o financiamento da saúde pública no Brasil

A insuficiência de recursos para a saúde pública brasileira, com a consequente terceirização dos serviços, levou o movimento social organizado a lançar campanhas políticas em defesa da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que determina gastos obrigatórios da União, estados e municípios com a saúde. A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados com modificações e, em seguida, foi encaminhada para a análise no Senado Federal.

A categoria dos técnico-administrativos em educação é uma das que participa da mobilização pró-Emenda 29. Em carta aos parlamentares, a Fasubra Sindical solicitou o voto favorável à proposta, justificando que esta representa “uma vitória da sociedade” e o “fortalecimento do SUS”, de forma a diminuir a

instabilidade de financiamento. A federação destacou que a Emenda é uma conquista, pois vincula recursos nas três esferas de governo, reforça o papel de fiscalização dos Conselhos de Saúde e prevê sanções para o caso de descumprimento.

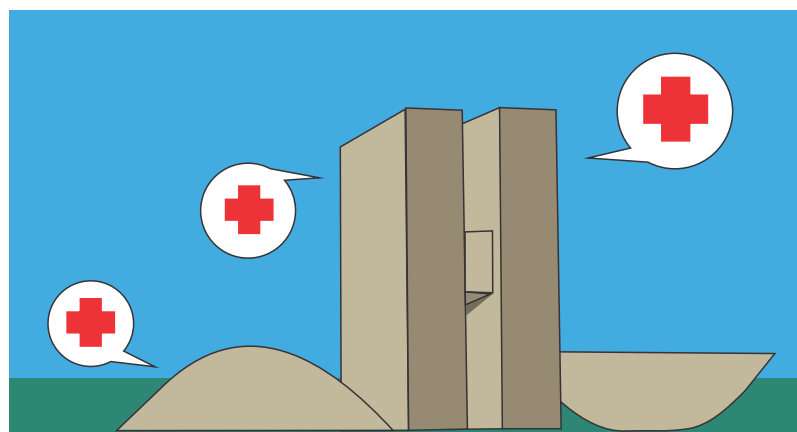
O Conselho Nacional de Saúde (CNS) já havia promovido uma série de mobilizações e articulações em defesa da Emenda 29 desde a sua criação

no ano de 2000. Em reunião ordinária, a entidade reafirmou sua posição favorável tanto à regulamentação da matéria quanto à Contribuição Social da Saúde (CSS), um imposto a exemplo da CPMF, extinta em 2007. O Conselho defende também que a Lei de Responsabilidade Fiscal deve ser revisada, tendo em vista que as políticas de saúde, para serem implementadas, necessitam de recursos

humanos.

Em resumo, a Emenda 29 estabelece o que pode ser considerado investimento na saúde. Em seu texto original, determina que os municípios devem aplicar o mínimo de 15% da arrecadação de impostos na saúde; os estados, 12%; e a União, 10%. O projeto base prevê também a criação da Contribuição Social da Saúde.

Os deputados rejeitaram a criação do imposto e a obrigação da União em aplicar 10% da receita com a saúde. Eles mantiveram o que diz a Constituição Federal: gastos reajustados todos os anos de acordo com variação do Produto Interno Bruto (PIB). Na sociedade, permanece a discussão se é necessário o imposto ou o combate à corrupção e aos desperdícios resolveria totalmente o problema do financiamento da saúde pública.



Conselho Municipal de Saúde e Ouvidoria do SUS defendem fonte de recurso e melhoria da gestão para fazer valer a proposta da Emenda 29 no município

“Somos favoráveis sim à regulamentação da Emenda 29, mas temos consciência de que não tem dinheiro novo. Tem compromisso. E se o compromisso vier atrelado à gestão do recurso, aí você não consegue fazer mais desvios e melhora um pouco nossa realidade”, afirma o Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora, Jorge Ramos. Para ele, a linha de financiamento proposta pela Emenda ainda aponta muitos desafios.

Jorge esclarece que sua crítica está relacionada ao que vai para a assistência, pois atualmente cerca de 70% do que o município coloca na saúde é para pagamento de pessoal. Este é um dos investimentos em saúde, na sua avaliação, porém indireto, pois se trata de força de trabalho. Isso interfere no que é investi-

mento direto em assistência, pois as secretarias de saúde não geram receita, pelo contrário, são geradoras de despesa e quem as fomenta são os moradores da cidade. “O projeto da forma como está não contempla as nossas necessidades enquanto sistema”, explica.

O conselheiro de saúde afirma também que a Emenda 29 não vai “tranquilizar” a população. “A própria Constituição não é cumprida, ela que diz sobre as necessidades básicas do cidadão. Nessa lógica, ainda há muito a ser discutido na Emenda 29, não me dou por contemplado”.

A ouvidora municipal de saúde, Samantha Borchear, diz que não vê avanço pelo fato da Emenda não apontar fonte de financiamento. “Os municípios acabam arcando com a maior porcentagem, os estados e a

União ficam sem cumprir. E as punições? Para mim é uma grande falácia. Precisamos colocar fonte de recurso, fiscalização e aplicação de forma integral e condizente com a realidade”, defende. Juiz de Fora investe hoje 25% de suas receitas em saúde, conforme declaração do prefeito Custódio Mattos à imprensa local.

Samantha acrescenta que o Sistema Único necessita ainda de uma transformação radical na atenção primária, com iniciativas e maior investimento para este setor. “Hoje o cidadão desemboca na atenção terciária, morre sem assistência (o que vejo todos os dias aqui na Ouvidoria), porque a atenção primária falhou e a secundária não foi eficaz”, comenta. Na sua avaliação, o SUS depende de uma boa gestão e, no caso de Juiz

de Fora, há uma série de problemas que dificultam a fluidez da assistência. Segundo ela, são 30 mil consultas reprimidas, dez vezes mais do que se tinha há três anos. Além disso, existem duas mil guias esperando atendimento.

Ainda conforme o secretário executivo do Conselho, o sistema precisa de celeridade e de enfrentar as barreiras legais impostas, como as provocadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal que limitam o endividamento com recursos humanos.

Em relação a um imposto, o conselheiro defende que é favorável somente se for vinculado especificamente para o SUS, com repasse direto aos municípios através de projetos. A ouvidora municipal alega que é defensora do imposto, a exemplo da CPMF, que arrecada de quem movimenta uma quantidade razoável de dinheiro.